



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

ATA

Assunto Geral:	1ª Rodada de Audiências Públicas
Data:	17/08/2018
Horário:	15:15h – 17:20h
Local:	Escola Estadual E. F. M. General Osório – Rua São José 3212, Bairro São José – Distrito de Calama.
Coordenador:	Maiara Marjore Rocha Peres Marini – ETM/EMDUR
Objetivo:	Apresentação do Diagnóstico Preliminar – Fase 2: Análise Temática Integrada
Participantes:	Conforme Lista de Presença

Assuntos tratados:

- Apresentação do Diagnóstico Preliminar;
- Leitura dos questionamentos apresentados;
- Exposição por parte dos moradores de suas demandas;
- Respostas dos questionamentos e demais demandas.

Relatoria:

Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, às quinze horas e quinze minutos foi iniciada a Audiência Pública no Distrito de Calama, Baixo Madeira, referente à 1ª Rodada de Audiências Públicas da Revisão do Plano Diretor Participativo, na E. E. E. F. M. General Osório localizada na Rua São José, nº 3212, Bairro São José, no Distrito de Calama, sob a coordenação da representante da Equipe Técnica Municipal – ETM/ Empresa de Desenvolvimento Urbano - EMDUR, Maiara Marjore Rocha Peres Marini, mediação da servidora Janeide Freitas, da Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo (SEMUR), colaboração dos servidores da Prefeitura, Alyne Foschiani Helbel, Camila Fávero Loss e Iasmin de Magalhães Oliveira Lopes (Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPOG), Otávio Augusto F. Ferreira, Secretário da Secretaria Municipal de Integração e Subsecretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Robson Damasceno (SEMA/SEMI) e Stephanny Germano (Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo - SEMUR), Conselheira do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE, Carolina de Hollanda, Representantes do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, Maria Beatriz Dallari e William Resende. **1. Abertura:** A Mediadora, deu as boas-vindas aos presentes e convidou as autoridades para comporem a mesa, como também agradeceu a vice-diretora da Escola General Osório, Sra. Jana, por ter cedido e organizado o espaço para a realização da audiência pública no distrito de Calama. Compuseram a mesa as senhoras e senhores: Maiara Márjore Rocha Peres Marini (membro da Equipe Técnica Municipal), Robson Damasceno da Silva Junior (Secretário Municipal de Integração e Subsecretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), Carolina Moreira de Hollanda (conselheira do Conselho da Cidade), Lagenilson Silva (Administrador do Distrito de Calama) e Ednardo Souza (Administrador do Distrito de Demarcação). Após a instalação da mesa, todos foram convidados a se manterem em posição solene para entoar o hino do município de Porto Velho. Ato contínuo, a palavra foi dada ao Secretário Robson, que cumprimentou os presentes e comentou sobre o momento importante vivenciado pelo município de Porto Velho, que é a revisão do Plano Diretor. A fala do Secretário Robson enfatizou que o processo de revisão do Plano Diretor visa colher subsídios para elaborar o planejamento para a Porto Velho sonhada no horizonte de dez anos. Também foi colocado por Robson que é de suma relevância a participação social, pois é a população que demandará as necessidades ao poder público no prazo de dez anos. Robson salientou que seria muito fácil



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

elaborar um documento de “gaveta” apenas com a participação de técnicos. Porém, a prefeitura de Porto Velho está fazendo diferente, vez que os técnicos da prefeitura estão se deslocando aos distritos para ouvir as comunidades sobre as necessidades locais. Secretário Robson incentivou a participação de todos para cobrarem e falarem sobre suas necessidades para a equipe organizadora da audiência sistematizar as demandas e inserir no documento consolidado do diagnóstico. Posteriormente, o Administrador de Demarcação, Sr. Ednardo Souza, realizou uma breve fala em que pontuou sobre a dificuldade que é se deslocar do distrito de Demarcação para as demais localidades, mas que ainda assim trouxe consigo dois moradores do distrito de Demarcação para ouvirem o que a equipe organizadora da audiência tinha a apresentar e também para participar ativamente no que for pertinente. Passada a palavra ao Sr. Lagenilson Silva, Administrador de Calama, este cumprimentou os presentes e nome do Secretário Robson e externou certa tristeza devido à população não ter comparecido em massa na audiência pública, pois seria o espaço adequado para falar e cobrar melhorias o distrito. O Sr. Lagenilson lembrou que tudo o que será falado constará em ata e comporá o planejamento do município para os próximos dez anos e, para finalizar sua fala, agradeceu aos presentes e desejou a todos um bom proveito da audiência. Por fim, o membro do Conselho da Cidade de Porto Velho (CONCIDADE), Sra. Carolina Hollanda, enfatizou a importância do Conselho da Cidade (CONCIDADE) como um órgão que está presente na estrutura do Ministério das Cidades, em que entre as atribuições do Conselho estão as de natureza fiscalizadora, consultiva, deliberativa e propositiva. Informou que devido a estas funções do Conselho é que sempre há um conselheiro junto à equipe do município e consultores que estão à frente da revisão do Plano Diretor Participativo de Porto Velho. Ao término das colocações dos membros que compuseram a mesa, a Mediadora procedeu com o desfazimento daquela e fez uma contextualização do momento atual do processo de revisão do PDPM de Porto Velho, em que a participação social é extremamente importante para legitimar todo o processo. Além disso, a Mediadora explicou que haveria uma Servidora da prefeitura para entregar formulários de perguntas aos presentes e também para transcrever as questões, se necessário. Também foram informadas as finalidades precípuas do evento, quais sejam: Apresentar à comunidade a visão, ainda preliminar, da Administração sobre a situação atual da cidade de Porto Velho, dos distritos e do território municipal, bem como do processo de implementação do plano diretor vigente, para posterior definição de estratégias e diretrizes de enfrentamento pelo plano diretor; Submeter à apreciação dos participantes a caracterização das condições quali-quantitativas do município conforme os conteúdos previstos no Projeto Básico, considerando as Leituras Comunitárias realizadas ao longo de todo o território e da Leitura técnica realizada com os técnicos do município; Receber retorno da comunidade a respeito de sua percepção dos problemas urbanos, tratados ou não no Diagnóstico Preliminar, bem como receber documentos e informações que contribuam para complementação do Diagnóstico a definição de estratégias e diretrizes do Plano Diretor. Em sequência, a Mediadora leu as instruções norteadoras da audiência pública, informando a sistemática do evento e as formas de intervenção dos participantes. Foi enfatizado que o documento em apreciação pelos participantes da audiência estava disponibilizado no sítio eletrônico do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho (<https://planodiretor.portovelho.ro.gov.br/>) desde a data da publicação do Edital de Convocação da Audiência Pública, bem como que o documento também permanecerá disponível para consulta durante todo o processo de revisão do Plano Diretor Participativo e pode ser consultado em meio físico na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG e nas Administrações de cada distrito. **2. Apresentação:** A Representante da ETM, foi convidada para apresentar o Diagnóstico Preliminar da Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho. Na apresentação foi explicado sobre o cronograma de execução da revisão do PDPM de Porto Velho, com as respectivas fases já executadas, *status* atual e fases futuras. Além



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

disso, a Representante da ETM comentou sobre a metodologia utilizada para produzir o Diagnóstico Preliminar, que envolveu visitas técnicas para levantamentos de dados e informações, visitas de campo, entrevistas com diversos segmentos da sociedade, reuniões com administradores distritais e presidentes de associações de bairros, oficinas técnicas com a ETM e membros do CONCIDADE, oficinas comunitárias em todos os distritos de Porto Velho e zonas abrangendo diversos bairros no distrito sede do município, entre outros. Para situar o público quanto à organização do Diagnóstico Preliminar – Produto 2 da Fase de Análise Temática Integrada, apresentou-se a estrutura do referido documento, o qual foi dividido em: a) Caracterização do Município de Porto Velho; b) Contexto atual – Análise Temática Integrada (economia, meio ambiente, mobilidade, saneamento básico e habitação); c) Análise do Plano Diretor de 2008 e sua implementação; d) Mapa síntese. A respeito das informações gerais que caracterizam o Município de Porto Velho, foram repassados dados populacionais tanto urbano quanto rurais das regiões do Baixo, Médio e Alto Madeira, bem como do distrito sede de Porto Velho, incluindo faixa etária, cor, crescimento populacional, perfil migracional, taxa de analfabetismo etc. Além disso, dados sobre renda, divisão político-administrativa de Porto Velho (regiões e distritos), taxa de urbanização nos distritos e expansão urbana da cidade de Porto Velho (aumento da área urbanizada entre 2008 e 2018). Inerente à “economia” foram explanados dados sobre o número de postos formais de trabalho em Porto Velho, assim como setores de atividades que mais empregam a população. Sobre a economia nos distritos do Baixo Madeira, questões a serem abordadas na revisão do Plano Diretor que foram colocadas durante as oficinas de leitura comunitária que merecem destaque são os usos das agroindústrias presentes nos distritos (babaçu, castanha, farinha de mandioca e frutas), de modo a tornar. No que tange ao tema “meio ambiente”, dados sobre desmatamento no território de Porto Velho, principalmente inseridos em áreas de Unidades de Conservação existentes no limite territorial do município e próximos a Terras Indígenas, bem como nos distritos do eixo da BR-364. Outrossim, explanou-se sobre áreas de alagamento no distrito sede de Porto Velho decorrentes da cheia de 2014 e distritos atingidos com a cota de elevação do Rio Madeira em decorrência dos reservatórios advindos da instalação das usinas hidrelétricas no Rio Madeira. Sobre a região do Baixo Madeira, questões concernentes ao desmatamento no entorno da Estação Ecológica do Cuniã, desbarrancamento de margens do Rio Madeira e disposição inadequada de resíduos sólidos, entre outros. Acerca da temática “mobilidade”, buscou-se demonstrar a necessidade de se planejar um melhor aproveitamento do modal hidroviário na região do Baixo Madeira, tanto para transporte de cargas quanto de passageiros. O conteúdo apresentado sobre “saneamento” procurou retratar as condições locais dos distritos do Baixo Madeira e dados gerais sobre o distrito sede de Porto Velho. Nesses locais há ausência de coleta de resíduos sólidos, sendo estes depositados no barranco do rio, jogados diretamente no curso d’água ou queimados ao ar livre. Também foram apresentados dados sobre abastecimento de água tratada no distrito sede de Porto Velho, esgotamento sanitário (existe apenas o serviço de coleta de esgoto em aproximadamente 10% da cidade de Porto Velho), coleta e disposição final de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais (drenagem) no distrito sede. O tópico do Diagnóstico Preliminar “habitação” apresenta dados sobre inadequação de moradias e o déficit habitacional de Porto Velho, domicílios particulares permanentes, assentamentos precários sujeitos a riscos como inundação, desmoronamento junto ao Rio Madeira, residências próximas ao lixão de Porto Velho, informações sobre loteamentos irregulares e clandestinos etc. Sobre as propostas e diretrizes abarcadas pelo Plano Diretor de 2008, há menção aos distritos, mas o Plano Diretor não estabelece diretrizes claras para o território municipal; também foi explicado que o plano trata superficialmente da diversidade do território municipal, áreas protegidas, comunidades tradicionais, projetos econômicos etc. Para área urbana, duas diretrizes se destacam: a contenção à expansão urbana e a indução do desenvolvimento urbano de acordo com a estrutura viária. O tema do



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

saneamento básico foi tratado de forma limitada e mostra, hoje, como questão absolutamente central para a cidade de Porto Velho. O tema da habitação de interesse social também não é tratado com ênfase, de modo a orientar prioridades de ações ou condicionar a produção habitacional. A Representante da ETM enfatizou que o Plano Diretor de 2008 trouxe alguns instrumentos de política urbana a serem implementados no prazo de dez anos, todavia, apenas a outorga onerosa é que passou a ser incorporada no arcabouço jurídico municipal. Maiara salientou que o diferencial do Plano Diretor de 2018 para o de 2008 é que este último não levou em consideração os distritos, mas tão somente enfocou o distrito sede de Porto Velho para receber as propostas e diretrizes de política urbana. O Plano Diretor de 2008 inovou no ordenamento jurídico de Porto Velho ao estabelecer a criação do Conselho da Cidade. As questões e demandas apresentadas pelos moradores dos distritos do Baixo Madeira durante as oficinas de leitura comunitária ocorreram no sentido da obtenção de títulos de propriedade, questão da regularização fundiária; manutenção das poucas vias de acesso terrestre, melhoria da comunicação telefônica, patrulha policial e política de prevenção ao uso de drogas. Além disso, melhorias nos serviços de saúde, educação, coleta de lixo e iluminação. Também foi demonstrada preocupação para um maior apoio à produção agroindustrial, com destaque para o mau funcionamento de duas unidades – de babaçu e farinha – da COOMADE (cooperativa). Após a apresentação do diagnóstico preliminar, a Representante da ETM fez uma reflexão junto aos participantes para que estes apontassem, ao realizarem as perguntas, o que não foi abordado mais especificamente sobre os distritos do Baixo Madeira. **3. Manifestações/Respostas:** A servidora da SEMPOG Alyne Foschiani Helbel foi convidada para proceder com a leitura das indagações realizadas pelos presentes e lembrou aos presentes que o momento da audiência tinha o objetivo de contar com a participação dos moradores para complementar o diagnóstico preliminar realizado. A Servidora pediu ao público para se manifestar de modo a corroborar com o levantamento de informações para consolidar o diagnóstico. O **Sr. Felipe de Souza** realizou a indagação: “Quando e como poderá regularizar a propriedade da terra? Pois sem a propriedade não é possível fazer financiamento.” A Mediadora explicou que a regularização fundiária nos distritos é um tanto quanto dificultosa, pois parte das áreas pertence à União ou a particulares. Ela citou exemplos de regularização fundiária que está em andamento em alguns distritos, como por exemplo, no distrito de Jaci-Paraná, em que a União repassou parcela da área ao município. Todavia, ainda existem loteamentos particulares no referido distrito, o que obsta o processo de regularização fundiária a ser executado pelo Poder Público Municipal, vez que não é o proprietário destes imóveis (lotes). Sobre a situação fundiária rural nos distritos do Baixo Madeira, a Mediadora disse que esta questão tem que se desdobrar no processo de revisão do Plano Diretor. O **Sr. Jaime Cavalcante** fez a seguinte pergunta: “Por que Calama não tem local para colocar o lixo?” A Servidora Alyne fez algumas considerações elucidativas a respeito da dificuldade existente em realizar a coleta dos resíduos sólidos (RS) nos distritos do Baixo Madeira. Entre os diversos motivos está a distância dos distritos do Baixo Madeira para o distrito sede de Porto Velho, o que impede uma melhor logística para coletar os resíduos. Foi pontuado por ela que devido à particularidade dos distritos do Baixo Madeira, a próxima fase da revisão do Plano Diretor, que consiste em oficinas de propostas e diretrizes, é essencial contar com a participação social dos moradores do Baixo Madeira. Nesse momento eles serão ouvidos e em conjunto com os técnicos envolvidos na revisão do PD serão construídas alternativas, propostas e diretrizes visando à inserção social no que tange à gestão dos RS, bem como à proteção ambiental de modo a atender a Lei Federal 12.305/2010 (Política Nacional dos Resíduos Sólidos), aliando educação sanitária e ambiental. O **Secretário Robson** complementou a arguição do Sr. Jaime informando que a Prefeitura de Porto Velho lançou edital para firmar Parceria Público-Privada (PPP) com empresa que tenha qualificação e apresente a melhor proposta para realizar a limpeza urbana, coleta e disposição final ambientalmente adequada



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

dos RS do município de Porto Velho, incluindo tanto a zona urbana quanto a zona rural, o que inclui os distritos. O Secretário relatou que cinco empresas já se manifestaram com interesse para realizar o projeto e estão em fase de estudos, análises e coletando dados para apresentar propostas para cada região e, ao fim da pesquisa, entregar o projeto ao município. Por meio de uma comissão intersecretarias e multidisciplinar, o Município analisará as propostas das empresas de forma a congregar as melhores propostas individuais de cada empresa em uma proposta única. Robson salientou que a PPP é uma inovação no município e evitará a morosidade com que o tema vem sendo tratado pelas gestões passadas. O Secretário também informou que a Prefeitura tentou construir uma minicélula no distrito de Calama para receber os RS, porém, por conta da área selecionada não ser do domínio municipal não foi possível implantar o sistema de disposição final. Outro questionamento sobre a temática “saneamento” foi realizado verbalmente pela vice-diretora da Escola General Osório, **Sra. Jana**, em que esta demonstrou preocupação com a saúde dos alunos da instituição que por vezes adoecem devido à contaminação da água por lixo. A vice-diretora então perguntou: “O que vocês poderiam fazer de forma mais imediata sobre isso?” **O Secretário Robson** respondeu dizendo que desde 2017 há uma equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, realizando trabalhos de educação ambiental nos distritos, orientando quanto ao descarte correto dos resíduos e sobre queimadas. Robson relatou que foi deixado na Escola General Osório material para trabalhar educação ambiental o ano todo e que em 2018 virá uma equipe da SEMA para nova campanha de educação ambiental, conscientizando os moradores sobre a destinação correta dos RS, bem como reutilização de resíduos de podas de árvores e gramíneas para utilizar como adubo orgânico. E seguida, aberta a palavra para os presentes se manifestarem, o **Sr. Simeão**, morador de Calama, pediu a fala. O Morador expressou sua insatisfação com o sistema de transporte hidroviário para escoamento da produção de farinha. Simeão pontuou que a logística é muito complicada, pois o trator que existe no distrito para transportar a produção de farinha, ao se movimentar, por vezes danifica o calçamento (via) utilizado pelos transeuntes gerando conflitos (vizinhos colocam cerca por onde o trator trafega, por exemplo) que são dirimidos na delegacia de polícia. Esta situação leva os produtores a terem que carregar as sacas de farinha produzidas nas próprias costas e descer o barranco íngreme da margem do Rio Madeira, pois não existe porto no distrito. O morador solicitou que fosse construído um porto para escoamento de cargas e também para passageiros. O Sr. Simeão mencionou que existe uma balsa em desuso no distrito, que poderia ser aproveitada e que ele próprio auxiliaria na construção da estrutura portuária. Também foi dito pelo morador que próximo ao distrito tem matéria-prima (seixo) que poderia ser retirado do Rio Machado e que muitos moradores têm interesse em contribuir com mão-de-obra na construção do porto, pois agilizaria o processo sem necessitar de licitação. O residente de Calama reclamou sobre o sistema de distribuição de água no distrito e informou que a comunidade local ficou três dias sem água. O Sr. Simeão lembrou que há muitos vazamentos nas tubulações de água, o que causa a interrupção no fornecimento da água, comprometendo o uso doméstico e a utilização na produção de farinha. O morador solicita, portanto, duas máquinas para que possam trabalhar e abrir arruamentos no distrito, possibilitando aos produtores escoarem a farinha fabricada em Calama. Após a conclusão da fala do morador, Sr. Simeão, o administrador de Calama, **Sr. Lagenilson** pediu a palavra. Lagenilson explicou sobre os motivos da falta de água no distrito e disse que muitas das vezes, os próprios moradores não zelam ou dão manutenção a registros (custam cerca de dez reais) ou reservatórios que possuem em casa. Além disso, ligações clandestinas na principal tubulação de distribuição de água no distrito de Calama acabam por despressurizar a rede e, conseqüentemente, por não haver vedação correta ocorrem vazamentos e a água não chega até as residências. Sobre o porto, o administrador explanou que a COOMADE (cooperativa) é a detentora da balsa e que está liberado para construir o porto, mas que a COOMADE tem que estar à frente do processo. Lagenilson também



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

informou que a Subsecretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMAGRIC) entregará um trator de lâmina para o distrito para ser utilizada tanto no núcleo urbano de Calama quanto em área rural. Em seguida, o **Sr. Willian (Bill)**, consultor do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), empresa contratada pela prefeitura de Porto Velho para auxiliar o município no processo de revisão do PDPM, explicou de forma sucinta a importância da participação social dos moradores dos distritos, pois o que ficar combinado irá se transformar em lei que deverá ser seguida por todos. Segundo o Sr. Bill, o que o Plano Diretor determinar deverá ser cumprido tanto na área rural quanto na área urbana do distrito sede e dos demais distritos, vez que o PD visa a evitar conflitos. O consultor retomou alguns temas trabalhados nas oficinas de leitura comunitária pontuados pelos moradores dos distritos do Baixo Madeira. Bill disse que as demandas colocadas pela comunidade estarão presentes no PD e que obrigatoriamente devem compor as propostas e diretrizes do documento, como por exemplo, regularização fundiária, manutenção das poucas vias existentes nos distritos, questão do transporte hidroviário (cargas e pessoas), comunicação telefônica, saneamento básico (abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e coleta e destinação final do lixo ambientalmente adequada), iluminação pública, saúde, educação, mais apoio na produção agroindustrial. Bill enfatizou que o momento da audiência pública é justamente para a população colocar as questões que não foram abordadas no Diagnóstico Preliminar por não terem sido lembradas durante as oficinas de leitura comunitária. A Mediadora abriu voz para os demais se manifestarem e, novamente, o **Sr. Simeão** quis expor algumas demandas do distrito de Calama. Simeão relatou a ausência de médico na unidade de saúde do distrito de Calama e disse que quando há medicamentos no posto de saúde, os moradores não conseguem prescrição devido à falta de médico e vice-versa. O morador de Calama disse que muitas vezes a solução é se deslocar para o município de Humaitá/AM para receber atendimento médico, sendo necessário passar o mês para juntar recursos financeiros e ir para Humaitá de barco. Após a fala do Sr. Simeão, **D. Maria de Nazaré**, 70 anos e moradora de Calama desde que nasceu, pediu a palavra e comentou sobre os conflitos entre os moradores no que diz respeito à situação do transporte da produção de farinha no distrito. D. Maria de Nazaré comentou que muitos moradores se importam com o desenvolvimento do distrito de Calama, mas boa parte não ajuda. A moradora reiterou a fala do Sr. Simeão dizendo sobre a dificuldade para receber atendimento no posto de saúde, pois não existe médico, enfermeiro e nem medicamentos suficientes. D. Maria de Nazaré solicitou mais escolas para o distrito de Calama, visto que a droga chegou à comunidade e tem trazido muitos problemas entre jovens e adolescentes. A moradora relatou que tem vivenciado este problema dentro de sua casa, vez que seu filho é dependente químico. D. Maria de Nazaré pede que Calama receba melhorias para que os jovens possam crescer e trabalhar no distrito, sem precisar ir para o distrito sede de Porto Velho correndo o risco de se envolver em acidentes ou drogas. Também foi colocado pela moradora de Calama sobre a dificuldade de transporte hidroviário, tanto para pessoas e para escoar a produção de farinha. **Um morador do distrito de Demarcação** quis fazer uso da palavra para expor as necessidades locais e iniciou sua fala comentando que é urgente que a questão da saúde seja vista no distrito. O morador relatou que não tem sequer um técnico em enfermagem no distrito de Demarcação e que muitas vezes quando alguém precisa de um atendimento médico urgente, a forma de conseguir é indo até o município de Humaitá/AM de “rabetá” (embarcação precária para deslocamento hidroviário). Além disso, o morador pediu melhorias para o sistema educacional de Demarcação, pois a escola do distrito possui dois professores que lecionam para cerca de 60 alunos. O morador de Demarcação reivindicou que seja disponibilizada uma embarcação para ficar à disposição do distrito, assim como ocorre nos demais distritos do Baixo Madeira. Aberta a fala para outras pessoas presentes na audiência, o **Sr. Jaime Cavalcante**, professor de Calama, agradeceu a equipe organizadora da audiência pública e disse que a responsabilidade em fazer Calama um lugar



Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho – PDPM

Equipe Técnica Municipal – ETM

melhor para se morar não é só da Prefeitura, mas sim de todos os cidadãos. O Sr. Ednardo Souza, administração de Demarcação, fez uso da fala novamente e reiterou as angústias dos que se manifestaram na audiência pública. Ednardo lembrou que nas oficinas de leitura comunitária da revisão do Plano Diretor todos os cidadãos de todos os distritos de Porto Velho tiveram a oportunidade de cobrarem e reivindicarem melhorias, expondo as dificuldades de quem reside em locais afastados do distrito sede. O administrador informou que nenhum distrito do Baixo Madeira possui médico e que em Demarcação não existe sequer um técnico de enfermagem. Foi cobrado pelo administrador melhorias na educação do distrito, iniciando pelo transporte escolar, haja vista que os alunos ficaram aproximadamente dois meses sem aula em razão da suspensão do transporte hidroviário (problemas administrativos da prefeitura). O Sr. Ednardo falou sobre a situação da segurança pública em Demarcação e disse que embora tenha a estrutura física de uma delegacia, não há servidores trabalhando, pois ninguém quer trabalhar no distrito e ser lotado distante da cidade de Porto Velho. a) “Qual a melhor forma de transformar um transporte mais coletivo para que nossos alunos também não sejam prejudicados?”; b) “Por que nos transportes escolares não tem monitor, sendo que a maior parte dos alunos são crianças?”. A Mediadora fez a leitura das perguntas e comentou que os próprios moradores dos distritos serão instigados a pensar nessas problemáticas durante as próximas oficinas da revisão do plano diretor, as quais consistirão em formular propostas e diretrizes para eixos trabalhados no documento norteador do planejamento urbano do município. Em seguida, a servidora Camila, agradeceu a todos os moradores presentes, em especial na pessoa dos administradores de Calama e Demarcação, e relatou o quão dificultoso foi realizar a audiência pública no Baixo Madeira, e que a equipe organizadora da audiência se esforçou muito para realizar o evento em Calama, pois sabe a importância da participação social de todos os cidadãos de Porto Velhos interessados em contribuir com um município melhor e, isso inclui também os distritos. Camila salientou que no Baixo Madeira ocorrerão oficinas em andamento à revisão do Plano Diretor, para colher propostas e diretrizes para tornar o documento com a “cara” de cada região. **4. Encerramento:** Para encerrar a audiência, a Mediadora, agradeceu aos presentes pela participação e lembrou que toda a audiência pública estava sendo gravada e que tudo o que foi colocado pelos moradores constaria em ata. Eu, Camila Fávero Loss *Camila Favero Loss*....., Matrícula 186016, Servidora do Município de Porto Velho, atuo e lavro esta Ata. Porto Velho, 17 de agosto de 2018.

Encaminhamentos:

- Em relação ao transporte hidroviário como demanda local da população dos distritos do Baixo Madeira, deverá ser acrescido ao Diagnóstico Consolidado a implantação de um porto de cargas e passageiros.
- Quanto às questões do eixo “mobilidade” referentes ao transporte escolar, a próxima equipe municipal que fará as oficinas e audiências no Baixo Madeira ficou responsável de dar um retorno à população neste sentido.